USO DO MOBILE LEARNING PARA O CAPACITAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

FLORIANÓPOLIS/SC MAIO/2018

Robson Santos da Silva - UFSC - cigrobson@yahoo.com.br
FERNANDO JOSÉ SPANHOL - UFSC - profspanhol@gmail.com
MÁRCIO VIEIRA DE SOUZA - UFSC - marciovieiradesouza@gmail.com

Tipo: Investigação Científica (IC)

Natureza: Descrição de Projeto em Andamento

Categoria: Métodos e Tecnologias

Setor Educacional: EDUCAÇÃO CONTINUADA EM GERAL

RESUMO

O perfil dos microempresários individuais (MEI) brasileiros evidencia que um dos grandes desafios para melhoria das condições de trabalho e atuação destes profissionais é a criação de ambientes e ações educacionais que contribuam efetivamente para sua capacitação. Considerando-se esta perspectiva, o objetivo geral nesta investigação científica é analisar o uso do mobile learning (m-learning) para a capacitação de MEI. Desta forma, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória-descritiva e bibliográfica cujo resultado evidenciou que m-learning é uma alternativa inovadora e capaz de viabilizar aos MEI atividades de capacitação, preparando-os assim para atuação num mercado competitivo no qual a inovação assume local de destaque.

Palavras-chave: mobile learning; capacitação; MEI

AGRADECIMENTOS

AO PROGRAMA DE ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PELO PROFISSIONALISMO E COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO DE SEUS EGRESSOS.

Introdução

A Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, foi o marco legal que criou a figura do Microempreendedor Individual (MEI). O objetivo foi oferecer condições legais, econômicas e fiscais para que trabalhadores informais e autônomos pudessem oficializar, junto ao poder público, as suas atividades profissionais. Tratou-se de um passo decisivo para que trabalhadores de diferentes setores da economia se formalizasse e passasse a ter direito a inúmeros benefícios, incluindo-se: registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), abertura de conta bancária empresarial, autorização para contratar um empregado e emissão de notas fiscais. Além disso, o recolhimento de impostos, que incluem o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por meio do Simples Nacional, assegurando os mesmos direitos cabíveis aos demais trabalhadores brasileiros, como: auxílios doença, maternidade e reclusão; aposentadoria por idade ou invalidez; e pensão por morte.

Segundo dados do SEBRAE (2017), desde 2010, considerado o primeiro ano de formalização, até dezembro de 2016, o número de microempreendedores individuais (MEI) cresceu de forma exponencial e já contabiliza mais de seis milhões de pessoas. Ainda segundo os estudos do SEBRAE (2017), o perfil do microempreendedor individual é heterogêneo e formado por pessoas com diferentes níveis de escolaridade, incluindo-se 0,5% sem instrução formal; 18% com fundamental incompleto; 9% com fundamental completo; 8% com médio ou técnico incompleto; 38% com ensino médio ou técnico completo; 7% com superior incompleto; outros 14% com superior completo e 3% com pós-graduação. Atualmente, mais de 50% dos MEI são pessoas que trabalham no setor de comércio, serviços, indústria ou construção civil (SEBRAE, 2017).

Para Cavalcante e Gomes (2000), é preciso considerar que a economia atual tem deslocado o eixo da riqueza e do desenvolvimento para setores cujos processos, produtos e serviços são intensivos em tecnologia e conhecimento. Considera-se que isso faz com que a competição passe a depender da capacidade que as pessoas e organizações possuem para transformar informação em conhecimento. Como consequência, percebe-se que as decisões e ações efetivadas nos negócios tem se fundamentado na inovação, tecnologia e conhecimento.

O perfil dos MEI no Brasil evidencia, dentre outros fatores, que um dos grandes desafios para o atendimento às demanda deste público, é a criação de ambientes e ações educacionais que viabilizem, segundo Sparrow e Bognanno (1994), o desenvolvimento da competência individual, ou seja, de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitem a um determinado profissional se adaptar, de modo rápido e

eficaz, a ambientes que necessitam de inovação e aprendizagem permanentes.

Segundo SACCOL et al. (2010), o *mobile learning*, também denominado de *m-learning* ou aprendizagem móvel (tradução adotada no Brasil), refere-se a processos de aprendizagem que, apoiados por tecnologias da informação ou comunicação móveis e sem fio, são capazes de viabilizar a mobilidade dos aprendizes, que podem estar física ou geograficamente longe uns dos outros e também de espaços físicos. Partindo-se deste conceito e das características do MEI, é possível se verificar que estudos sobre o modo como o *m-learning* pode ser usado para a capacitação desses profissionais podem trazer contribuições significativas para a resolução de problemas relacionados à essa temática.

Objetivos

Considerando-se o contexto atual e o perfil dos microempreendedores individuais, o objetivo geral desta investigação científica é analisar o uso do *m-learning* para a capacitação de microempreendedores individuais. Neste contexto, foram considerados os seguintes objetivos específicos: descrever o perfil dos MEI; conhecer conceitos relacionados à era do conhecimento, empreendedorismo, capacitação e *m-learning*; e identificar as vantagens e desvantagens da capacitação do MEI a partir do *m-learning*.

Referencial teórico

As pesquisas existentes em diferentes bases de dados científicas evidenciam que diferentes estudos que examinam o cenário de transformações pelo qual a sociedade vem passando, incluindo-se os fatores relativos ao mercado de trabalho.

A passagem do milênio caracteriza-se pela alta intensidade de mudanças de relevante importância e impactos econômicos, políticos e sociais. Em épocas de transformações tão radicais e abrangentes como essa, caracterizada pela transição de uma era industrial para uma baseada no conhecimento, aumenta-se, em muito, o grau de indefinições e incertezas. (LASTRES et al., 2002, p. 60)

Para Coutinho e Lisbôa (2011), a Internet e as tecnologias digitais estão no centro desse processo de mudanças, pois fizeram emergir novos paradigmas sociais que, na visão de diferentes autores, podem ser agrupados com diferentes nomenclaturas, incluindo-se: sociedade da informação, sociedade do conhecimento e sociedade da aprendizagem. Os estudos de Silva, Correia e Lima (2010) ampliaram essa lista de termos empregados e incluem: sociedade pós-industrial, sociedade digital, sociedade aprendente, sociedade em rede, sociedade informacional e universo coletivo de inteligência compartilhada.

Segundo Costa e Carvalho (2011), trata-se de um cenário que traduz intenso processo de globalização no qual a informação e as tecnologias digitais funcionam como os

grandes fatores impactantes e modificadores do mercado de trabalho, incluindo-se as consequências negativas que dele advém tais como desemprego e diminuição dos salários em alguns países.

Para que se possa acompanhar o dinâmico processo de mudanças em curso, é preciso que haja aquisição contínua de novos conhecimentos e aprimoramento da capacidade de interagir (LASTRES et al., 2002). Takahashi (2000) corrobora esse posicionamento ao descrever que os processos que caracterizam a sociedade contemporânea implicam na necessidade de processos educacionais contínuos ao longo da vida dos indivíduos, permitindo que sejam capazes de acompanhar a realidade e, ao mesmo tempo, inovar.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O MEI pode ser considerado um tipo de pessoa jurídica cujas origens guardam relação direta com as mudanças pelo qual o mercado de trabalho atravessa quanto com o contexto social, político e econômico brasileiro. Apresenta-se assim como uma modalidade de negócio cujas origens se justificam na mesma medida em que os empregos, ainda fortemente arraigados na era industrial, sofrem grandes transformações. Observa-se ainda que a legislação brasileira trouxe avanços significativos, viabilizando inclusive que o número de empreendedores no Brasil tivesse crescimento significativo. No entanto, o aumento da quantidade não é suficiente para garantir que os negócios se consolidem efetivamente. Para Fleury e Fleury (2000), isso ocorre porque, na economia fundamentada no conhecimento, não são as atividades rotineiras e manuais que importam, mas sim aquelas que se valem da inteligência, fato que, nem sempre, tem sido efetivamente considerado pelos empreendedores brasileiros. Segundo o *Global Entrepreneurship Monitor*, consórcio internacional que pesquisa o empreendedorismo em diversos países por mais de dezessete anos,

Empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. em qualquer das situações a iniciativa pode ser de um indivíduo, grupos de indivíduos ou empresas já estabelecidas. (GEM, 2016, p.109)

Sendo assim, considera-se que empreendedorismo possui uma natureza multifacetada no qual a atitude, a atividade e a aspiração são seus principais componentes (GEM, 2016). Neste contexto, considera que a atitude se caracteriza a partir das manifestações sobre a forma de opiniões e percepções; a atividade empreendedora pela quantidade de pessoas que, num determinado país, esteja criando negócios; e a aspiração empreendedora pela natureza qualitativa das ações.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) tem realizado

pesquisas que objetivam conhecer o perfil dos MEI no Brasil. As informações constantes nestes relatórios têm fornecido subsídios para estudos, pesquisas e criação de estratégias e políticas públicas para o país. No Relatório de 2017 sobre o perfil do microempreendedor individual no Brasil, foram apresentados vários dados relevantes, incluindo-se as seguintes constatações: A região que mais concentra microempreendedores individuais é o Sudeste (51,6%), seguido do Nordeste (19,1%), Sul (15,2%), Centro-Oeste (8,7%) e Norte (5,4%); por ser um fenômeno predominantemente urbano, o MEI se concentra principalmente nas grandes capitais e em suas regiões metropolitanas; o MEI é um fenômeno nacional, estando presente em municípios de todos os portes, incluindo aqueles distantes das capitais de seus estados; a faixa etária com maior concentração de MEI é a de 30 a 39 anos, correspondendo a 33,1% desses microempreendedores. A segunda faixa etária mais expressiva é a de 40 a 49 anos, com 23,7% dos empreendedores, seguida pelas faixas etárias de 50 a 64 anos e de 25 a 29 anos com 18,0% e 14,3%, respectivamente; há uma concentração de MEI nas classes médias e altas, com 88,8% do total. Observou-se ainda que, de maneira geral, os microempreendedores individuais são mais escolarizados que a média da população.

Um outro fato relevante que se observa ao comparar os relatórios do GEM (2016) e do SEBRAE (2017) é a constatação de que a falta de políticas governamentais, de apoio financeiro e de incentivo a ações educacionais são os três principais limitadores da atividade empreendedora. No caso da capacitação, podem ser levados em consideração diferentes fatores, incluindo-se: a atuação dos sistemas educacionais formais e de capacitação em todos os níveis; existência e qualidade de cursos especificamente voltados a empreendedorismo e negócios; qualidade, relevância e profundidade da educação e dos programas de capacitação voltados à criação ou ao gerenciamento de novos negócios; a filosofia do sistema educacional direcionada à inovação e à criatividade; a competência dos professores para o ensino do empreendedorismo; e a experiência dos gerentes e empreendedores na gestão de pessoas.

CAPACITAÇÃO

Segundo dados do IBGE (2015), houve um aumento do acesso à educação básica e superior. No entanto, segundo Pauli, Nakabashi e Sampaio (2012), a elevação na escolaridade dos trabalhadores não significa melhoria em seus níveis de habilidade uma vez que, para que isso ocorra, é necessário também que a qualidade do ensino seja estimulada a fim de promover a produtividade e o crescimento sustentável dos produtos e serviços. Trata-se de um posicionamento que se alinha ao entendimento de Nonaka e Takeuchi (1997) no qual as pessoas tem o principal elemento do capital intelectual, o conhecimento, e, ao mesmo tempo, são estas as grandes geradoras de inovação e

vantagem competitiva.

Percebe-se que o cenário atual de constante mudança apresenta indicadores que ratificam a importância de capacitação dos MEI, ou seja, a adoção de ações que viabilizem o desenvolvimento das habilidades de um indivíduo ou grupo para que possam melhorar ou aumentar a sua eficiência, eficácia e produtividade no trabalho (CHIAVENATO, 2010)

Ao serem questionados sobre as áreas em que sentiam mais necessidade de capacitação, segundo o SEBRAE (2017), aos MEI forneceram os seguintes dados: controles financeiros (53%), orientação para o crédito/financiamento (52%), propaganda/marketing (47%), melhoria qualidade produto/serviço (46%), uso de redes sociais (37%) e atendimento ao cliente (36%). Por sua vez, ao serem perguntados sobre o interesse por cursos e capacitações, 42% demonstraram interesse por ações presenciais, 27% pelas atividades on-line, 23% por ações on-line com encontros presenciais e 8% não demonstraram interesse por nenhuma modalidade. Se somados os percentuais daqueles que são favoráveis às atividades on-line, observa-se que 50% dos MEI ratificam a sua adesão aos estudos via mídias do conhecimento digitais. Tais indicadores, ao serem comparados com o perfil socioeconômico, o nível de escolaridade e o acesso às tecnologias que esses profissionais possuem, fornecem subsídios importantes para os estudos que analisam a viabilidade da expansão do m-learning.

M-LEARNING

Segundo Winters (2006), o *m-learning* tem sido conceituado, principalmente, a partir de quatro perspectivas amplas que, concomitantes ou não, incluem: visão tecnocêntrica, comparações com o e-learning; perspectiva de que se trata de uma possibilidade para o aumento da educação formal; e a perspectiva de que os alunos são o centro do processo. No entanto, apesar das eventuais diferenças, destaca que os conceitos se alinham ao considerarem que o *m-learning* viabiliza: a construção de conhecimento pelos alunos em diferentes contextos; a possibilidade de que os alunos construam entendimentos; a mudança de padrão de atividade de aprendizagem de acordo com as novas possibilidades advindas das tecnologias móveis; e o entendimento de que a aprendizagem móvel envolve mais elementos do que, simplesmente, tempo e espaço.

A UNESCO considera o *m-learning* uma solução importante para a resolução de problemas educacionais em diferentes contextos.

[...] o aprendizado móvel envolve o uso de tecnologia móvel, isoladamente ou em combinação com outras tecnologias de informação e comunicação (TIC), para permitir a aprendizagem a qualquer hora e em qualquer lugar. A aprendizagem pode se desdobrar em uma variedade de maneiras: as pessoas podem usar dispositivos

móveis para acessar recursos educacionais, conectar-se com os outros ou criar conteúdo, tanto dentro como fora das salas de aula. (UNESCO, 2013, p. 6)

A comparação entre os conceitos e características atribuídas ao *m-learning* permite reconhecer um importante ponto em comum. Trata-se da não indicação de quais seriam as tecnologias móveis que o viabilizam. Assim, ao invés de se nomear os dispositivos, verifica-se que há apenas a identificação de que, além de serem tecnologias digitais e portáteis que podem acessar a Internet, são dispositivos que dispõem de capacidade para leitura e modificação de diferentes tipos de mídias, realização de tarefas simultâneas e de proporcionar comunicação e interação.

Ao se analisar o perfil dos MEI e as possíveis vantagens e desvantagens da utilização do *m-learning* como suporte à capacitação desses profissionais, podem ser constatar aspectos importantes. Em relação às limitações, destacam-se: o fato de que o uso de telas pequenas possa dificultar a leitura de textos longos em determinados dispositivos; a possibilidade de que ocorra isolamento, falta de interação ou instabilidade no acesso à internet. Por sua vez, no contexto das vantagens, podem ser observados: o incentivo para a utilização de diferentes tipos de recursos e ambientes; autonomia e personalização da aprendizagem; otimização do tempo disponível para o estudo; aproveitamento de dispositivos que fazem parte do cotidiano das pessoas com destaque para os smartphones; e a utilização de aplicativos e práticas inovadoras (SACCOL; SCHLEMMER; BARBOSA, 2010; BERGE; MUILENBURG, 2013).

Procedimentos metodológicos

O método utilizado para a elaboração deste artigo foi a pesquisa exploratória-descritiva e bibliográfica que, segundo Lakatos e Marcondes (2010), implica em um estudo que explora determinado fenômeno, permitindo aumentar a familiaridade do pesquisador com o tema. Trata-se de uma exploração de cunho científico que, segundo GIL (2010), apresenta relação com a pesquisa aplicada, pois seu objetivo é criar conhecimento sobre o *m-learning* e as formas de utilização de seus processos para a capacitação de microempreendedores individuais.

Apresentação e discussão dos resultados

Ao analisar os dados estatísticos e demais informações constantes dos documentos que serviram de base ao presente trabalho, com destaque, para os apresentados pelo SEBRAE (2017) e pelo GEM (2016), pode-se observar que, em relação às especificidades que caracterizam o MEI no Brasil, há alguns aspectos que merecem destaque. O primeiro é a constatação de que criação do MEI mudou os rumos do empreendedorismo no país, tanto pelo crescimento do número de pessoas que aderiram

à essa modalidade empresarial quanto pelo impacto que causou no mercado de trabalho e negócios. Em seguida, destaca-se a constatação de que o universo de profissionais que são MEI é composto por um público heterogêneo que aumentou sua escolaridade e sua visão empresarial.

Outro resultado que merece ser considerado é o fato da maioria dos MEI reconhecerem a importância dos cursos e capacitações. Em relação ao *m-learning*, observa-se um grande potencial para expansão de sua utilização uma vez que 50% dos MEI se mostram favoráveis às atividades educacionais on-line. Trata-se assim de uma alternativa que precisa ser considerada tanto pelas políticas governamentais quanto pelos processos educacionais destinados à capacitação de MEI. As características fundamentais do *m-learning*, principalmente às relacionadas à digitalização e mobilidade, permitem que seus processos proporcionem diferentes opções para acesso à informação e consolidação de conhecimentos, contribuindo assim para que essa classe empresarial melhore seus níveis de produtividade e sua capacidade para a inovação.

Considerações finais

Considerando-se os conteúdos e dados apresentados, pode-se concluir que o *m-learning* apresenta-se como uma alternativa para as iniciativas educacionais destinadas aos MEI. Sob o ponto de vista educacional, trata-se de uma modalidade que permite a criação de atividades personalizadas e acessíveis no momento que for conveniente e adequado à rotina de atividades dos empreendedores individuais. Tecnicamente, a digitalização e o acesso wireless garantem a utilização de múltiplos recursos e mídias, ao mesmo tempo em que torna possível o acesso a partir de qualquer local. Trata-se assim de uma alternativa que pode ser percebida como inovação educacional e que permite viabilizar aos MEI atividades de capacitação, contribuindo para a atuação desses profissionais num mercado competitivo no qual a necessidade de inovação assume local de destaque.

Referências

- BERGE, Z.; MUILENBURG, L. **Handbook of Mobile Learning**. New York: Routledge, 2013.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 128**, de 19 de dezembro de 2008. Disponível em: . Acesso em: 11 maio. 2018.
- _____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- CAVALCANTI, Marcos; GOMES, Elisabeth. Inteligência empresarial: um novo modelo de gestão para a nova economia. **Revista Production**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 53-64,

dez. 2000. Disponível em:. Acesso em: 10 maio 2018.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

COSTA, M.; CARVALHO, L. A educação para o empreendedorismo como facilitador da inclusão social: um caso no ensino superior. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 19, p. 103-118, jan. 2011. Disponível em: . Acesso em: 14 maio 2018.

COUTINHO, C.; LISBÔA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, Minho, v. 28, n.1, p. 5-22, abr. 2011. Disponível em: . Acesso em: 27 abr. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **Empreendedorismo no Brasil**: 2016. Curitiba: IBQP, 2017.

LASTRES, H. et al. Desafios e oportunidades da era do conhecimento. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 60-66, jul. 2002. Disponível em: . Acesso em: 01 maio 2018.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do Conhecimento na Empresa**: como as empresas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PAULI, R.; NAKABASHI, L.; SAMPAIO, A. Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil. **Revista Economia e Política**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 459-478, set. 2012. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2018.

SACCOL, A. et al. *M-learning* in practice: a training experience with it professionals. **Journal of Information Systems and Technology Management**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 261-280, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/jistem/article/view/12861/14650>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SACCOL, A.; SCHLEMMER, E.; BARBOSA, J. **M-learning e u-learning**: novas perspectivas da aprendizagem móvel e ubíqua, São Paulo: Pearson education do Brasil, 2010.

SEBRAE. **Perfil do Microempreendedor Individual**. Brasília: Unidade de gestão estratégica, 2017.

SILVA, A.; CORREIA, A.; LIMA, I. O conhecimento e as tecnologias na sociedade da informação. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín, v. 33, n. 1, p. 213-239, jun. 2010. Disponível em: . Acesso em: 17 maio 2018.

SPARROW, P.; BOGNANNO, M. Competency requirement forecasting: issues for international selection and assessment. In: MABEY, C.; ILES, P. (Orgs.). **Managing learning**. London: Routledge, 1994. p. 57-69.

TAKAHASHI, T. (Org). **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

UNESCO. **Policy guidelines for mobile learning**: 2013. Paris: United Nations

Educational, Scientific and Cultural Organization, 2013.

WINTERS, N. What is mobile learning? In: SHARPLES, M. **Big Issues in Mobile Learning**. Nottingham: University of Nottingham, 2006.